



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006054-57.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Nadia Josiane Martins**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de auto de infração com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **NÁDIA JOSIANE MARTINS** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO e o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**. Em síntese, alega a parte autora que teve seu direito de dirigir suspenso, porque foi lançada em seu prontuário a pontuação máxima permitida (20 pontos), no período de doze meses. Aduz que a infração datada de 28/11/2014, que gerou 4 pontos, já não mais deveria estar relacionada, devendo ser excluída da contagem dos pontos; que a infração nº 5B4546595, datada de 12/08/2015, foi praticada com um veículo que não lhe pertence e que não foi notificada da referida infração. Requer o reconhecimento da nulidade do Auto de Infração de Trânsito nº 5B4546595, com a consequente determinação do cancelamento dos pontos e da notificação de suspensão da permissão para dirigir.

Tutela indeferida, fls. 26/27.

O requerido DETRAN apresentou contestação às fls. 42/52 e suscitou, em preliminar, inadequação do rito e ilegitimidade passiva. No mérito defende a legalidade de sua conduta.

Decisão afastando as preliminares levantadas pelo DETRAN e determinando a redistribuição do feito para o Juizado da Fazenda, às fls. 63/64.

Citada, a Fazenda Pública do Município de São Paulo apresentou contestação (fls. 75/77), alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mérito, alega que consta da documentação ora juntada o formulário de indicação de condutor da autuação que foi imputada à autora, com assinatura e cópia da CNH. Desta forma, cabia à


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autora verificar se era sua a assinatura nos formulários e, caso não fosse, deveria comunicar as autoridades policiais, para tomada de providências, tendo em vista que o proprietário do veículo assume a responsabilidade pela veracidade da documentação que junta no momento de indicação. Negou, outrossim, os demais fatos constitutivos do direito da Autora, sob o fundamento de que assiste à Fazenda Pública a prerrogativa de contestação por negativa geral dos fatos.

Houve réplica (fls. 105/106).

Determinada a produção de prova pericial, fl. 107.

Laudo pericial grafotécnico apresentado às fls. 145/146.

Manifestação acerca do laudo pericial pela autora à fl. 176, pelo DETRAN, fl. 178 e pelo Município de São Paulo, fl. 179.

É o relatório.
Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto ainda a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo Município de São Paulo, pois a infração guerreada foi autuada por ele (fl. 86), de forma que tem legitimidade para proceder à respectiva invalidação.

A pertinência subjetiva passiva em demandas que visem à anulação de penalidade de trânsito é definida a partir do órgão autuador da infração, ou seja, por quem praticou o ato administrativo impugnado.

No mérito, a procedência do pedido é a medida que se impõe.

Prevê o artigo 261 do Código Trânsito Brasileiro:

“Art. 261: A penalidade de suspensão do direito de dirigir será aplicada, nos casos previstos neste Código, pelo prazo mínimo de um mês até o máximo de um ano e, no caso de reincidência no período de doze meses, pelo prazo mínimo de seis meses até o máximo de dois anos, segundo critérios estabelecidos pelo CONTRAN. §1: Além dos casos previstos em outros artigos deste Código e excetuados aqueles especificados no art. 263, a suspensão do direito de dirigir será aplicada quando o infrator atingir, no período de 12 (doze) meses, a contagem de 20 (vinte) pontos, conforme pontuação indicada no art. 259”.

E prevê o artigo 3º, I, da Resolução 182/2005 do DENATRAN:

“Art. 3º: A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seguintes casos: I - sempre que o infrator atingir a contagem de vinte pontos, no período de 12 (doze) meses”.

Já o artigo 5º, da Resolução CONTRAN nº 182/2005, dispõe que:

“Art. 5º: Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do Art. 3º desta Resolução, a data do cometimento da infração deverá ser considerada para estabelecer o período de 12(doze) meses” .

Como se vê, para que o condutor-infrator tenha o seu direito de dirigir suspenso, é preciso que em um período de 12 meses ele atinja a contagem de 20 pontos, considerando-se a data do cometimento das infrações lançadas em seu prontuário.

No caso dos autos, a autora postula a nulidade do AITnº B4-546595-2, com a consequente determinação do cancelamento dos pontos e da notificação de suspensão da permissão para dirigir. Defende, ainda, que a infração datada de 28/11/2014, que gerou 4 pontos, deveria ser excluída da contagem dos pontos.

Em relação à pontuação existente no prontuário da requerente (fl. 22), verifica-se que os pontos da CNH do condutor permanecem no sistema mesmo após transcorrido o prazo de 01 ano da multa, contudo eles perdem sua eficácia para fins de pontuação, desta forma não há o que se providenciar nestes autos.

“Os registros de infrações não saem do cadastro do condutor, mas perdem a eficácia para fins de pontuação depois de 12 meses da data da notificação. Exceto algumas multas gravíssimas (7 pontos), que só sairão de prontuário após o cumprimento das penalidades impostas pela legislação”. (informação obtida junto ao site do DETRAN <http://www.detran.pi.gov.br/faq/>, apenas para ilustração, pesquisa realizada nesta data).

Por sua vez, no que tange ao AITnº B4-546595-2, os documentos trazidos aos autos e o laudo pericial grafotécnico de fls. 145/173 evidenciam que, de fato, a ficha destinada à identificação do condutor do veículo com placas EPW-9534, relativo ao Auto de Infração de Trânsito - AIT nº. PM-B4-546595-2, cujos claros se encontram preenchidos com manuscritos e assinatura atribuída à condutora Nádia Josiane Martins, não partiram de seu punho.

Concluiu o perito:

“V. 1. O grafismo é individual e inconfundível. Este é o princípio fundamental inerente a todos os trabalhos grafotécnicos. O estudo pormenorizado da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estrutura do traço fornece indicações preciosas para a análise do gesto gráfico, e, conseqüentemente, a gênese gráfica (materialização dos impulsos que emanam do centro nervoso da escrita), que é o elemento dinâmico, específico e inerente a cada punho.

V. 2. Os cotejos técnicos realizados entre a assinatura aposta na Ficha de Identificação do Condutor (descrita no item I. Peça de Exame deste laudo) e o padrão de comparação e confronto revelaram divergências gráficas suficientes em qualidade e quantidade para afirmar, de forma categórica, que a firma questionada não proveio do punho escrevente da Senhora Nadia Josiane Martins.”, fl. 150.

Assim, não há como se atribuir à autora responsabilidade pela infração.

Tanto isso é verdade que as próprias requeridas apenas tomaram ciência do laudo pericial e optaram por não se manifestar a respeito das conclusões fornecidas (fls. 178 e 179).

Desta maneira, diante das divergências apontadas no laudo é o caso de se reconhecer a nulidade do auto de infração referido na inicial e, por consequência, determinar a baixa dos pontos no prontuário da autora.

Pelo documento de fl. 22, verifica-se que, com a baixa da pontuação referente ao AITnº B4-546595-2 e a desconsideração dos pontos ref. a multa datada de 28/11/2014, a autora deixa de atingir a pontuação de 20 pontos dentro do período de um ano, devendo ser cancelada a penalidade a ela aplicada, de suspensão do direito de dirigir.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para declarar nulo o AITnº B4-546595-2 com o cancelamento das ocorrências/sanções dele decorrentes, inclusive a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir da requerente.

As partes requeridas são isentas de custas na forma da lei. Pela sucumbência, considerando o disposto no §§2º, 3º e 8º, do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade, condeno os requeridos (metade para cada um) a arcarem com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Diante do reconhecimento do direito da autora e do perigo de dano, antecipo os efeitos da tutela, e determino que se oficie ao DETRAN e à CIRETRAN, para que dêem baixa na pontuação constante do prontuário da autora, decorrente do AITnº B4-546595-2, instruindo-se o ofício com cópia da presente sentença.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 13 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**